

A posição política de Getúlio Vargas frente às classes produtoras e trabalhadoras mineiras na década de 1930

Kátia Maria Aguiar*

RESUMO

O presente artigo origina-se de um estudo monográfico, apresentado em maio de 2009, no curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob orientação do Professor Carlos Evangelista Veriano. E pretende apresentar uma discussão historiográfica acerca da Revolução de 30, bem como o processo político desse momento, contextualizando os fatos desde Washington Luís, a formação da Aliança Liberal e o movimento revolucionário. Nesse sentido, busca-se, também mostrar que é expressamente a partir de 1930, que o estado assume de fato uma política cultural e educacional apresentada como parte de um projeto oficial mais amplo de modernização política, econômica e cultural do país, contextualizada nas mudanças propostas pela Revolução de 30, contrapondo as velhas elites oligárquicas. Este projeto modernizante fora tutelado pelo estado e nascera da produção intelectual que criticava as práticas oligárquicas da República Velha.

Palavras-chave: Revolução de 30; República; Getúlio Vargas; Historiografia; Pensamento conservador no Brasil pós 30.

O contexto no qual se insere o Brasil, na década de 1930, é marcado por acontecimentos distintos e fundamentais para a história do país. Essa década se constitui como divisor de águas na história brasileira, pois, de um lado, tem-se o declínio da elite agrária rural, constituída pelos cafeicultores, e, de outro, a ascensão de uma burguesia industrial e o crescimento do proletariado urbano. Como nos adverte Bonifácio de Andrada, a Revolução de 30 representa um marco substancial de nossa evolução e traz consigo conotações de nítida repercussão na vida nacional. (ANDRADA, 1987).

Para melhor entendimento do processo histórico desta pesquisa, será apresentada nas próximas páginas a contextualização e suas características. Também é propósito deste artigo apresentar uma discussão historiográfica acerca do acontecimento ocorrido em outubro de 1930, bem como a atuação da elite mineira nesse processo.

A sociedade brasileira de 1930 se constituía de duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – embora ambas, naquele momento, não se encontrassem plenamente constituídas, pois, no interior da classe dominante, não havia hegemonia sócio-política, e a classe operária não alcançou condições históricas suficientes de um

* Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

projeto político que fosse capaz de confrontar os dominadores. Assim, esse cenário é representado por uma falta de identidade sócio-histórica definida.

É em meio a esse contexto que o Estado procura definir sua atuação na sociedade. Nos dizeres de Ângela de Castro Gomes (2005), "Tratava-se de identificar e construir o verdadeiro espírito da nacionalidade que se encontrava no inconsciente coletivo do povo." (p. 142). Com a Revolução de 30, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, buscava-se, entre outras coisas, a valorização do trabalho e do trabalhador.

Entretanto, não há como falar da década de 1930 sem antes fazer menção aos fatores que a antecederam, ou seja, sem apresentar o contexto da década de 1920, sua importância e suas contribuições para a ascensão e estabilização de Getúlio Vargas no poder.

Entre 1926 e 1930, o país esteve sob o governo do presidente Washington Luís, que, para assegurar a continuidade de sua política econômico-financeira de austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura, indicou à sua sucessão outro político, o paulista Júlio Prestes. Essa decisão representou o rompimento do esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo, conhecido como "política do café com leite", segundo o qual, o próximo candidato oficial deveria ser um mineiro. (D'ARAÚJO, 1998). O sistema oligárquico foi a base política da Primeira República (1889-1930), no qual o poder era controlado por uma aliança entre as oligarquias paulista e mineira, que se expressava na alternância de representantes desses dois estados na presidência da República.

Os membros da oligarquia mineira não aceitaram o rompimento do acordo, principalmente o candidato que deveria ser indicado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pois, dessa maneira, Minas perderia sua posição de ascendência, que esse pacto oligárquico lhe conferia. Há relatos de autores que apontam para a existência de certa hostilidade entre o governo de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, e o presidente Washington Luís, fato esse que favoreceu a união do Rio Grande do Sul e Minas desembocando na construção da Aliança Liberal.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada "com sua, inteligência cintilante e espírito arguto", como assim o classifica Waldemar de Almeida Barbosa (1979, p. 675-676) percebeu a impossibilidade de sua candidatura ao Catete, uma vez que Washington Luís não escondia sua simpatia por Júlio Prestes. A única maneira, então, de enfrentar a obstinação do presidente seria levantar outra candidatura, preferencialmente, de uma

pessoa ligada ao Catete. Assim, surgiu o nome de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da fazenda de Washington Luís. (BARBOSA, 1979).

Sendo assim, intencionada em fazer oposição ao governo, Minas se uniu aos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul, na época, o terceiro maior estado em importância eleitoral, ficando somente atrás de São Paulo, o primeiro, e Minas, o segundo. Então, o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, com o apoio das lideranças mineiras, especialmente dos ex-presidentes Artur Bernardes e Wenceslau Brás, articula a formação da Aliança Liberal e lança a candidatura à presidência e à vice-presidência dos senhores Getúlio Dornelles Vargas e João Pessoa. O programa da Aliança Liberal visava pôr fim à corrupção eleitoral, com a instituição do voto secreto, a criação de leis favoráveis aos operários e ao incentivo à indústria nacional. (ANDRADA, 1987).

Essa coligação, que estava a fazer oposição a Washington Luís e aos seus aliados, Aliança Liberal, teve como presidente o mineiro Afonso Pena Júnior, então dirigente máximo do PRM – Partido Republicano Mineiro, e, como vice, o gaúcho Ildelfonso Simões Lopes. A formação da mesma foi motivada, conforme vimos, principalmente, pela cisão causada através da atitude de Washington Luís em indicar para a sua sucessão o paulista Júlio Prestes, e, não como se esperava, o mineiro Antônio Carlos, uma vez que seu interesse consistia apenas na manutenção do seu plano de estabilização financeira, mesmo que para isso fosse necessário romper com a aliança que havia dominado por décadas a política brasileira. Porém, é importante salientar que a estruturação da Aliança Liberal e o lançamento das candidaturas foram precedidos da conhecida correspondência¹ dos presidentes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul com o então presidente da república. (ANDRADA, 1987).

A situação de Washington Luís começou a se complicar com a crise econômica de 1929, desencadeada pela queda da Bolsa de Nova Iorque. Esse fato liga-se à superprodução da indústria norte-americana, que causou um processo de grave crise econômica nos países que dependiam de suas exportações, os quais perderam o seu

¹Getúlio Vargas, candidato à presidência da república pela Aliança Liberal, que se achava comprometido com Washington Luís, escreveu-lhe cartas em linguagem diplomática, explicando e justificando a nova posição assumida. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais, também escreveu a Washington Luís. Essas correspondências tinham por objetivo esclarecer a solução conciliatória encontrada por Antônio Carlos ao indicar Vargas à presidência; porém, Washington Luís não era um homem de diálogo, indicando para a sua sucessão o nome de Júlio Prestes. Ver em BARBOSA. Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação. 1979, p. 675-676.

poder de compra. Nesse período, o Brasil sofreu drásticas consequências, pois deixou de vender milhões de sacas de café.

O café, nesse período, representava 70% das exportações brasileiras. Com a crise, teve seu preço diminuído no mercado internacional – uma significativa desvalorização – além disso, houve uma superprodução de café nas fazendas e um grande estoque do produto nas mãos do Governo. (WIRTH *apud* CAMPOLINA, 1981). Em meio a essa situação, esperava-se uma atitude do governo na tentativa de solucionar o problema; porém, Washington Luís se recusou a realizar a compra do estoque de café, uma vez que, nesse momento, sua preocupação se voltava para a estabilização financeira do país, fato que desagradou à oligarquia cafeeira que possivelmente deixou de apoiá-lo. Contudo, é importante ressaltar que a lavoura cafeeira se ingressaria nas fileiras oposicionistas, fossem elas quais fossem, pois, com o posicionamento de Washington Luís diante dessa situação, e com o abandono do mercado do café, o ingresso da lavoura cafeeira nas fileiras oposicionistas não significaria uma atitude a favor da Aliança Liberal e, sim, um posicionamento contra o governo.

Para disputar as eleições, a Aliança Liberal apresentou como candidato à presidência da República, o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, e, à vice-presidência, o paraibano João Pessoa, com seu programa que visava benefícios à classe operária. Os aliancistas atraíram uma grande parcela dos trabalhadores, uma vez que toda sua campanha dava ênfase à reforma eleitoral e à instituição do voto secreto (já introduzido em Minas por Antônio Carlos) criticando duramente o processo eletivo como falso e fraudulento. Porém, o resultado do pleito de primeiro de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, presidentes de São Paulo e da Bahia – a chapa oficial patrocinada pelo catete. (ANDRADA, 1987).

Inconformados com a derrota, os membros da Aliança Liberal prepararam um movimento contra o governo e iniciaram o processo revolucionário. Vários fatores criaram um clima favorável à revolução; as diversas acusações de fraude e a degola (candidatos eleitos que eram impedidos de tomar posse) arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal; o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929, o rompimento da política do café com leite. Mas o que efetivamente impulsionou e acelerou a ação dos líderes da Aliança oposicionista à revolução foi o assassinato de João Pessoa, ocorrido em 26 de julho no Recife. (ANDRADA, 1987).

Em três de outubro de 1930, eclode a revolução no Rio Grande do Sul e nos dias seguintes, em outros estados, como Minas e Paraíba, com lutas armadas.

A Aliança Liberal mobilizara, com êxito, uma sociedade civil apta a promover a sua modernização até pela força das armas. Antônio Carlos, presidente de Minas, como governante, integrado nos problemas das camadas dirigentes e, diante dos governados (estes inseridos nas tensões, inquietações e revoltas daquela época), proferira a célebre frase, análise e sinal dos tempos: façamos a revolução antes que o povo a faça. (ANDRADA, 1987, p. 13).

Objetivando pôr fim à guerra civil, uma junta militar, formada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías Noronha, depôs o presidente Washington Luís, com a intenção de assumir o poder, fato que não ocorreu, tendo em vista as diversas manifestações populares, especialmente o Rio de Janeiro. Em decorrência disso, um mês após a eclosão do movimento revolucionário, em três de novembro de 1930, os militares entregaram o poder a Getúlio Vargas, que fora o líder civil da revolução e chegava ao poder como chefe do Governo Provisório da República. É importante ressaltar que existem controvérsias a respeito dessa análise historiográfica.

A Revolução de 30 e suas repercussões

A Revolução de 30 é vista por seus defensores, como um movimento civil, baseado na coligação de três estados liberais, em contraponto, há autores que justificam a campanha aliancista como um movimento pautado na crítica ao sistema político da República Velha, para eles, os aliancistas combatem, sobretudo, a fraude eleitoral, a hipertrofia do poder Executivo e a escolha dos candidatos.

Florestan Fernandes salienta que a revolução de 30, foi uma revolução elitista, mas com ressonância popular ampla, já que a maioria da sociedade brasileira via se frustrada pela continuidade do antigo regime e pela cega dominação elitista que isso pressupunha, o que confere à Revolução de 30 essa ressonância popular. (FERNANDES, 1980, p. 36).

Para Virgílio de Melo Franco, a Revolução de 30 consiste em uma conquista arduamente feita por meia dúzia de homens, que, segundo ele, não desanimaram nunca. (FRANCO, 1980). Já o posicionamento de Edgar Salvatori de Decca acerca da revolução consiste em um movimento que legitima o poder. Para de Decca, a Revolução é apresentada como unitária e monolítica, e eis a lógica do exercício de dominação:

divide a história, memorizando-a, e a historiografia, através de enfoques diversos, assume de ponta a ponta as oposições constituídas no interior desse campo simbólico. Mais adiante, o autor apresenta uma nova discussão, enfatizando que a revolução não foi unitária. (DECCA, 2004).

A Revolução de 30 não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política, Boris Fausto (2002) apresenta a análise historiográfica de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe: para ambos está presente a noção de que a Revolução de 30 foi realizada pelas classes médias, a identidade entre classes médias e tenentismo, a distinção entre revolução efetuada por uma classe e seu posterior ascenso ao poder em caráter não exclusivo. Segundo Andrada (1987), “A Revolução de 30, pela participação do povo e da opinião pública, pela abertura sociológica que proporcionou a comunidade brasileira, marca fundamentalmente a História do Brasil”. (1987, p. 30).

Uma das principais consequências da Revolução de 30 foi, sem dúvida, o fortalecimento do poder central em detrimento dos estados, processo este que alterou a forma de articulação das elites regionais. Após 1930, as elites políticas mineiras² se defrontaram com um quadro diverso que acentuava sua dependência ao poder central, pois se tratava de consolidar seu poder ante a nova configuração do cenário político. Outro fator relevante em relação à ruptura do pacto oligárquico, ou seja, uma consequência fundamental da Revolução de 30, refere-se à consolidação da estrutura urbano-industrial a expensas do antigo modelo agrário-exportador, tendo em vista que esse processo desencadeou profundas implicações sociais e políticas.

A ruptura de 1930 trouxe modificações importantes ao quadro político brasileiro. Como bem nos lembra de Octávio Soares Dulci, a revolução desencadeou modificações com significativas repercussões para Minas, uma vez que a oligarquia mineira perdeu a posição de ascendência que lhe era atribuída pelo arranjo anterior. (DULCI, 1986).

É importante atentarmos para as contribuições trazidas pela Revolução de 30, tal como a reestruturação do Estado Nacional brasileiro, que abriu espaço para um projeto político e alocou as elites a um novo papel central no encaminhamento de um programa de ação. As elites mineiras da década de 1930 estavam preocupadas em ordenar o mundo no plano das ideias, como também definir o seu papel no processo político. Os

² Entende-se por elitismo, uma teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer a força, em última instância. [...] Em toda sociedade há uma classe superior que detém geralmente o poder político e o poder econômico. (Dicionário de política Norberto Bobbio).

intelectuais se constituem assim como elementos fundamentais para o processo de formação do Estado Nacional, porém, para a formação do Estado Nacional, entre outros aspectos, se faz necessária a construção de um aparato governamental com efetiva atuação em todo o território nacional, que conjugue a ação governamental das esferas estadual, federal e municipal em um único projeto. A situação de crise denota uma desorganização, uma indisciplina, ou seja, a ausência de uma consciência nacional. O que se percebe é uma constante preocupação de organização política e reestruturação das elites. A questão da construção do Estado Nacional mediante a quebra do pacto oligárquico pela Revolução de 30 tornou-se um tema frequente na literatura da época. Uma outra análise historiográfica aponta o fato como um crescimento da área de influência do Estado sobre a sociedade; essa concepção de estado implica um aparato organicista e elitista, pois só assim, como é apresentado por Lúcia Lippi Oliveira, o Estado representa a nação e se compõe dos mais sábios e capazes que podem arbitrar o que é melhor para a nação como um todo. (OLIVEIRA, 1980).

No debate político dos anos 1930, presente na obra de Oliveira (1980), percebe-se que há uma divisão das correntes intelectuais inerente ao nacionalismo, o que pode ser claramente perceptível nos pensamentos de Alberto Torres e Hermes Lima, tanto quanto no grupo de intelectuais católicos e dos integralistas.

Para Alberto Torres (1980), “um país só possui integridade e união quando cobre a sua terra, e envolve os seus habitantes, um forte tecido de relações, e se ele não resulta espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-lo”. (p. 255). Para Hermes Lima (1980), a tentativa de construção do Estado Nacional se dá através de medidas burocráticas, com restrições legais à autonomia dos estados. Ao passo que para o grupo de intelectuais católicos, expressado através da revista **A Ordem**, o nacionalismo devia ser buscado baseado nas tradições, no seu componente básico e em boas qualidades, ou seja, no catolicismo.

E para os integralistas, representados na figura de Plínio Salgado, seu líder, a ideia de nacionalismo envolve a tarefa de criar a nação, pois o Brasil estaria de fato às voltas em dois brasis, ambos de caráter materialista, sendo um o do interior, dotado de cultura própria, espontânea, bárbara e selvagem, e o outro que não passa de um apêndice da civilização europeia, capitalista e burguesa. Diante desse quadro que ameaçava desagregar a nação, caberia ao movimento integralista, o único realmente revolucionário, reorganizar a sociedade brasileira, integrando-os num único Brasil

solidário e cristão. (OLIVEIRA, 1980). O que nos leva a concluir que os caminhos para se construir a nação são bastante divergentes.

O contexto histórico de Minas Gerais na década de 1930

Ao se tratar de Revolução de 30, é de fundamental importância nos reportar à configuração política e econômica de Minas Gerais naquele momento. Minas Gerais foi o Estado que atuou efetivamente na formação da Aliança Liberal, na organização e na deflagração do movimento de outubro de 1930. (MONTEIRO, 1987).

Como já apresentado anteriormente, para as eleições de 1930, era esperada a sucessão presidencial do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, fato que não ocorreu, pois o presidente paulista Washington Luís apoiou o candidato Júlio Prestes. Naquela ocasião, Getúlio Vargas foi convidado a se aliar ao governador de Minas, Antônio Carlos, para articular uma candidatura de oposição. (D'ARAÚJO, 1998).

Assim, iniciou-se o processo revolucionário que desembocou no Governo Provisório, tendo como chefe Getúlio Dornelles Vargas, que, demoradamente, travaria uma luta insana de bastidores, na tentativa de liquidar as velhas oligarquias representadas pelas dissidências do PRM, objetivando atingir a meta a que se propôs, isto é, impor-se em Minas por intermédio de seus delegados diretos como fez nos demais estados, em busca da construção do Estado Nacional. Vargas, com seu poder de persuasão e manobra política, como assim veem alguns estudiosos, valer-se-ia de todas as armas, ora agindo como conciliador, ora como árbitro para, finalmente, de maneira maquiavélica, liquidar com todas as forças internas e, ao mesmo tempo, fazer renascer de suas cinzas, outras forças que se amoldariam ao novo sistema. Se a luta pelo domínio foi lenta, a vitória consolidou-se rapidamente, passando Vargas a ter em Minas um dos principais esteios de sua política. (MONTEIRO, 1987).

Como exposto anteriormente, uma das metas do Chefe do Governo Provisório consistia na construção do Estado Nacional. Para tanto, como bem nos lembra Norma de Góes Monteiro (1987, p. 169), fazia-se necessário que Minas se amoldasse ao novo sistema. Impunha-se a destruição das velhas oligarquias, representadas nas facções do Partido Republicano Mineiro.

No âmbito econômico, como bem salienta Diniz, Minas possui características próprias na sua experiência industrial e, embora tenha apresentado um relativo atraso, ele foi o único estado brasileiro, à exceção de São Paulo, a aumentar sua participação

relativa no valor da produção industrial brasileira entre 1907 e 1940. Apesar disso, a situação de Minas no decorrer da década de 1930, era realmente alarmante. Houve uma drástica redução das exportações de café (atividade econômica mais importante neste período), um aumento da dívida externa pública e o crescimento da corrente emigratória do estado. A crise do café, ocorrida em 1930, levou a economia mineira a um estágio de profunda crise. Entretanto, percebe-se, ao lado de um novo estado de cunho autoritário, a emergência de traços culturais e políticos estruturados por uma elite de engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto e pela recém-fundada Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais.

A criação da Universidade de Minas, a reforma educacional pioneira, a criação da Escola Superior de Agricultura em Viçosa, o voto secreto, o ensino religioso, a presença do clero no esforço renovador e o debate de ideias filosóficas, sobretudo no campo pedagógico, davam a capital de Minas um sentido diferente, com seus poucos anos de existência, em que tudo transpirava como inovador. (ANDRADA, 1987, p. 21).

Como visto em Andrada, foi na década de 1930 que se criaram no Brasil e em especial em Minas Gerais, as condições para o início da formação de uma tecnocracia.³ Ora, com a ocorrência da mudança do padrão agrário-exportador para urbano-industrial impõe-se a necessidade de novas orientações para o Estado. Com isso, a classe política dominada pelos coronéis e bacharéis começa a ser deslocada por uma nova elite governamental, representada pelos indivíduos de formação técnica em aliança com os militares.

Foi também a partir de 1930, em Belo Horizonte, que a Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais passou a ser uma importante fonte de formação de engenheiros para a administração pública mineira. Este é o quadro (TABELA 1) representativo da crise econômico-financeira pela qual passava Minas Gerais. (DINIZ, 1981, p. 39).

³ O termo tecnocracia vem do grego *téchne* (ofício, arte, ciência) e *kratos* (estado) e é geralmente empregado para designar o governo pela ciência ou pelos cientistas. Ver em Dicionário de Ciências Sociais FGV. Instituto de Documentação. A versão original da gestão tecnocrática, oriunda do modelo norte americano encontra-se em “GALBRAITH, John Kenneth. **O novo estado industrial**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Coleção Os economistas.”

TABELA 1
Estado de Minas Gerais: Situação Financeira – 1928-1940

ANOS	RECEITA ARRECADADA (CONTOS)	DESPESA REALIZADA (CONTOS)	EFETIVO DA DÍVIDA (CONTOS)
1928	180.200	178.981	-----
1929	232.050	206.290	372.337
1930	141.715	264.723	542.886
1931	201.202	240.294	519.247
1932	223.018	242.878	546.224
1933	177.636	200.249	969.735
1934	146.604	306.689	1.066.519
1935	245.128	328.859	1.107.765
1936	268.495	337.832	1.097.784
1937	264.816	334.770	1.382.607
1938	299.147	363.526	1.153.883
1939	312.201	351.383	1.216.242
1940	326.366	350.829	1.107.124

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1943.

Outra questão a ser discutida, refere-se à formação do trabalhador em Minas Gerais. Uma interpretação mais crítica dessa situação pode ser encontrada em Evantina Pereira Vieira (1987), que analisa como se operacionalizam em Minas Gerais a racionalidade do trabalho em vista dessa nova demanda do Estado, já que, naquele momento, havia um crescente impulso em torno da valorização do trabalho e do trabalhador: “O trabalho podia ser sintetizado na fórmula aprender fazendo, sendo implementado por medidas como a criação de escolas técnicas que visassem ao atendimento do mercado em expansão.” (p. 43).

Como destaca a autora, em vista da nova demanda do estado, é importante ressaltar que a valorização do trabalho e do trabalhador, na década de 1930, é um eco das manifestações dos trabalhadores, dentro e fora das fábricas, nos anos 20.

Em decorrência disso, a classe dominante tem clara a necessidade de reelaborar os mecanismos disciplinadores pelos quais assegura a perseguição de seus objetivos. Desde 1928, ela, através de suas entidades de classe, posicionava-se ante uma política de organização do trabalho que procurava encontrar um justo equilíbrio entre as

necessidades da produção e do trabalho, levando ao foro dos debates propostas de ensino profissionalizante e a valorização do trabalhador nacional. (VIEIRA, 1987, p. 43-44).

Segundo Eliana Dutra (1997), existia no seio da sociedade, em especial da classe dominante, uma crescente preocupação em ter o apoio do movimento operário sindical. Dutra ressalta que, às vésperas da Revolução de 1930, embora a Aliança Liberal já tivesse angariado a simpatia do operariado, esse não teve nenhuma participação direta nos acontecimentos, pois o seu nível de organização não permitia que fosse de outra forma. Foram feitas, então, tentativas no sentido de angariar votos dos operários para os candidatos da Aliança Liberal, uma delas, através do jornal **Gazeta Operário**, em fevereiro de 1930, o qual aconselhava os operários a votar em candidatos da Aliança Liberal que satisfariam mais depressa os interesses do proletariado. Este jornal também acusava os comunistas de falsos amigos dos operários por insuflá-los contra o regime social vigente no país. (DUTRA, 1997).

A veiculação do jornal **Gazeta Operário**, que nos foi apresentado por Eliana Dutra, se tornou, na década de 1930, mais um tipo de mecanismo de controle do proletariado, para satisfazer os interesses da classe dominante.

De modo geral, o comércio exterior do Brasil, na década de 1930, foi caracterizado, como dito anteriormente, pela grave crise nas exportações de café, fator que levou à expansão de novos produtos agrícolas de exportação, como o milho, a cana, o feijão e o arroz. Em 1930, houve uma política econômica conscientemente orientada no sentido de promover a industrialização. Minas lançou um sistema energético público, construiu a cidade industrial e iniciou-se no planejamento antes de qualquer outro estado brasileiro. Como decorrência, a tecnocracia nasceu cedo e junto com ela as ideias desenvolvimentistas. (DINIZ, 1981).

De acordo com Diniz (1981), houve um grande esforço governamental com o objetivo de se recuperar o tempo perdido. Contudo, apesar da tentativa de exportação de outros alimentos agrícolas, a queda da produção cafeeira não fora compensada pelos mesmos, visto que esses alimentos, em grande parte, voltavam para o autoconsumo, com baixo grau de mercantilização. Com isso, percebe-se uma queda nas exportações de produtos de origem agropecuária entre 1929 e 1940, conforme a TABELA 2, abaixo:

TABELA 2
Minas Gerais: Exportação de Produtos de Origem Agropecuária (em contos de réis) – 1929-1940

PRODUTOS	1929	1940
Café	648.863	248.934
Arroz	10.883	34.556
Milho	6.623	----
Feijão	11.700	31.749
Gado Bovino	94.823	228.444
Manteiga	41.617	81.341
Queijo	27.921	58.297
Leite	18.432	36.478
Carnes	12.419	34.421
Suínos	9.362	13.238
Aves	19.587	30.503
TOTAL	902.230	797.961

FONTE: Dados Brutos: COSTA, Fernando Nogueira. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Campinas, 1978. Pg. 57, 61, 288-9. Dissertação de Mestrado.

A posição política de Getúlio Vargas

O período presidencial getulista, iniciado em 1930, ainda como governo provisório teve, como vimos anteriormente, vários contratempos; a estrutura básica da moderna administração pública brasileira foi erigida na década de 1930. “É bem provável que nesse período, Getúlio e seus assessores estivessem mais predispostos que seus dirigentes a buscar soluções no momento de crise”. (FAUSTO, 2007, p.22).

O descontrole comercial interno levou o chefe de governo à tomada de sérias decisões, como – o controle do câmbio – e o incentivo a um processo de concentração e centralização do poder. O governo provisório de Vargas enfrentou o descontentamento de amigos pertencentes às oligarquias regionais, pressões tenentistas, ao passo que há autores que defendem e argumentam acerca da efetiva participação dos tenentes no período provisório de Vargas no poder. Como aponta Orlando Dantas, em seu artigo escrito ao jornal **Diário de Notícias**, do dia primeiro de novembro de 1930: “Getúlio possuía uma estreita relação com os tenentes de 1922, representados por Juarez Távora.

Em entrevista ao jornal, Getúlio diz estar inteiramente de acordo com todos os pontos da entrevista – programa do general Juarez Távora”. Essa relação, ainda segundo o jornal, servia para barrar as pretensões das oligarquias estaduais vitoriosas de reconstruir o Estado brasileiro em velhos moldes.

Seguindo uma linha historiográfica, podemos perceber que a atuação dos tenentes, para alguns autores, era vista como uma completa subversão à ordem social e à ordem militar. Como consta em literatura da época, os tenentes mantiveram bastante influência na vida governamental no pós 1930 havendo também a participação do exército na esfera política.

Como nos adverte Oliveira (1980), a defesa da participação militar na vida política, contudo, nem sempre está associada à aceitação da influência dos tenentes após a revolução. Há autores, porém, que vêem a participação militar na vida política não somente para superar os momentos de crise, como também para atuar como uma ação decisiva e contínua justificada pelo fato de ser o exército a única força organizada do país. (p. 50). Como já referido anteriormente, a atuação das elites neste momento são fatores determinantes para uma tentativa de concentração e centralização do poder, para tanto, Vargas manteve aí um duplo jogo político, já que se via na necessidade de dar devida atenção tanto às elites quanto às classes trabalhadoras. Nesse momento, há uma busca incessante do presidente Getúlio Vargas de embutir, na mente dos trabalhadores, a sua importância. Seu objetivo, na verdade, era uma maior aproximação junto aos trabalhadores para sua manutenção no poder.

No artigo “O Pensamento e ação”, da revista **Cultura Política**, Vargas é apresentado como um intelectual, político racionalista e frio, mas também como um psicólogo que advinha às reações populares. O autor descreve Vargas como um grande estadista perfeitamente integrado na consciência do povo, pois “o pensamento de Vargas é construtivo, sua ação é sempre afirmativa, suas palavras definem a sua esperança e a sua fé”. (LEVINE, 2001, p. 10).

Em meio a esse contexto, percebe-se que Getúlio Vargas era visto como um grande homem, político enigmático, inteligente e influente que imprimiu um estilo próprio ao seu tempo. (WIRTH, 1982). No artigo, “Como interpretar Getúlio Vargas”, é claramente perceptível essa visão de chefe de governo: “Getúlio Vargas é o tipo de político que tem o sentimento de Brasil, a arte de se ajustar, a calma face dos imprevistos e por fim a habilidade de caminhar entre problemas políticos e homens sem se deter e sem perder a direção”. (FERREIRA, 1997, p. 236).

Em uma proferida por Boris Fausto, observa-se a análise feita pelo mesmo acerca da figura de Getúlio Vargas:

Quando Getúlio chega ao poder, seja por intenções anteriores que a gente não conhecia, seja por imposições daquelas circunstâncias, ele se transforma num personagem centralizador ao mesmo tempo modernizador do país e com fortes traços autoritários, tanto assim que nos anos de 1930-1945, 15 anos em que ele esteve no poder são conhecidos geralmente como a Era Vargas. Getúlio teve que enfrentar problemas internos do seu governo, das forças que o apoiavam e dos problemas externos da oposição. O problema maior que Getúlio teve que dar entre as forças que o apoiaram, tinha sido, talvez, o problema do Tenentismo, porque os tenentes tinham apoiado a Revolução de 30, mas possuíam suas idéias próprias a respeito do que devia ser feito, então, houve um verdadeiro confronto entre o governo Getúlio e os tenentes, mas o confronto nunca foi armado, foi uma disputa política. Esse confronto acabou terminando no triunfo de Vargas [...]. (FAUSTO, 2002)

Com isto, tornam-se claras as ambiguidades historiográficas acerca da figura do presidente Vargas, nesse contexto político.

The political position of Getúlio Vargas toward the producing and working classes of Minas Gerais state in the 1930s

ABSTRACT

This article presents a historiographical discussion concerning the Revolução de 30, and the political aspects of its content, starting with Washington Luís and the formation of the Aliança Liberal until the revolutionary movement itself. After the revolution, the state became in charge of all educational and cultural sectors which were linked to the oligarchies. The project was monitored by the state and had its origin in the intellectual production that opposed the Old Republic.

Key words: Revolução de 30; Republic; Getúlio Vargas; Historiography; Conservative ideas in the Brasil post 30.

REFERÊNCIA

- ANDRADA, Bonifácio de. **A revolução de 1930, marco histórico**. Belo Horizonte: Rona, 1995.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola et al. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UnB, LGE, 2002.
- DECCA, Edgar Salvatore de. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DINIZ, Clelio Campolina Diniz. **Estado e Capital Estrangeiro na industrialização Mineira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1981.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.
- DUTRA, Eliana Regina de. **O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- LEVINE, Robert. M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16. ed. rev. e ampl. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular – 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FRANCO, Virgílio de Melo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Elite Intelectual e debate político dos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 30**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.
- MONTEIRO, Norma Góes. As Classes Produtoras em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 4, 1987, Belo Horizonte. **A Revolução de 30**, UFMG.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Elite intelectual e debate político dos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 30**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEREIRA, Evantina Pereira. As Classes Produtoras em Minas Gerais. In: SEMINARIO DE ESTUDOS MINEIROS, 4, 1987, Belo Horizonte. **A Revolução de 30**, UFMG.

SILVA, Jose Luiz Werneck da. **O feixe e o prisma**: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 30**: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.